



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



**PARECER Nº 001.2402/2021 – CGM -PMM- DL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2021/02.17.001 – SESAU-PMM-DL**  
**OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER AS**  
**NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA**  
**EMPRESA VENCEDORA: MARCILENE CARDOSO DA SILVA OLIVEIRA**  
**VALOR GLOBAL: R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS).**

**PARECER TÉCNICO - CONTROLE INTERNO**

Trata-se da análise deste Controle Interno quanto ao procedimento de Dispensa de Licitação nº 2021/02.23.001-SESAU-DL entre a SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA/PA E MARCILENE CARDOSO DA SILVA OLIVEIRA, que tem como objeto a locação do imóvel situado na Passagem Vieira, nº 90, Marituba/PA a qual servirá de sede para o Centro Psicossocial de Marituba – CAPS-II, pelo valor mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), totalizando o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) com validade até 31 de dezembro de 2021.

**DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:**

- a) Constam nos autos: Memo nº 34/2021 – DA/SESAU/PMM solicitando a locação de imóvel;
- b) TÍTULO DEFINITIVO do Imóvel, Recibo de Compra e Venda, Procuração e Documentação relativa a Habilitação Jurídica, Comprovante de residência e dados bancários da proprietária do imóvel;
- c) Solicitação e Informação de Dotação Orçamentária, bem como Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- d) Autorização para a abertura de procedimento de dispensa;
- e) Decreto de nomeação dos membros da CPL;
- f) Minuta do Contrato;
- g) Parecer Jurídico nº 001.2302/2021 manifestando favoravelmente pela locação do imóvel.

**DA ANÁLISE:**

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA, foi regulamentada pela Resolução nº 7739-TCM/PA e, tem suas atribuições regulamentadas pela Lei Municipal nº031 de 01 de janeiro de 2021, que, para tanto foi nomeado servidor para o exercício da função de Controlador Geral.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



Após análise da Assessoria Jurídica, os autos foram encaminhados a esse Controle Interno para manifestação acerca dos procedimentos até aqui adotados por este órgão a fim de resguardar a Administração Pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados.

Pois bem, a dispensa de processo licitatório é exceção que foge à regra da licitação pela Administração Pública. Todavia, a própria legislação intitula taxativamente no art. 24 da Lei 8.666/93 os casos previstos em que a Administração pública pode contratar de forma direta.

Dessa forma, consoante o disposto no art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, é dispensável a licitação nos casos de para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, tal como foi comprovado nos autos.

Comprovados os requisitos estabelecidos no art. 24, importante ainda atentar-se para justificativa do preço cobrado, consoante art. 26, parágrafo único da Lei 8.666/93. Diz o parágrafo único:

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)*

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço.*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

Percebe-se que foi acostado aos autos documento capaz de comprovar a propriedade do imóvel (Título Definitivo do Imóvel) em nome da pessoa física José Lopes da Silva, genitor de Marcelina Cardoso da Silva Oliveira, bem como Relatório Fotográfico e Laudo de Vistoria emitido pela engenheira civil Márcia Cristina Freitas da Câmara concluindo que o imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

Com relação ao preço acordado na locação do referido imóvel, este se encontra dentro do valor de mercado, conforme parecer final do Laudo de Vistoria citado alhures.

No que tange a documentação de natureza fiscal, percebe-se que não foi juntado aos autos até o momento desta análise, devendo ser acostado até a assinatura do contrato para



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



assim suprir a ausência percebida, pontuando que a certidão com a fazenda municipal citado pelo termo de juntada, está ilegível.

Ante ao exposto, por estar em conformidade com o estabelecido na 8.666/93 e demais legislações pertinentes a matéria, este Controle Interno manifesta-se **FAVORAVELMENTE** pelo prosseguimento do feito, porém, **COM RESSALVA** devendo o setor responsável do órgão promover a juntada da documentação ausente antes da assinatura do contrato.

Por fim ressalta-se que deverá ser acostado ao processo a Portaria do Fiscal do Contrato e o termo de Ratificação da Dispensa conforme o artigo 26, caput da Lei 8.666/93, comprovante de publicação do extrato do contrato, conforme artigo 61, parágrafo único da Lei Federal supracitada, alertando oportunamente quanto aos prazos da assinatura do Contrato e publicação no Mural dos Jurisdicionados TCM-PA.

É a Manifestação.

Marituba (PA), 24 de fevereiro de 2021

NERILYSSE MENDES  
TAVARES  
RODRIGUES:936613982  
53

Assinado de forma digital por  
NERILYSSE MENDES TAVARES  
RODRIGUES:93661398253  
Data: 2021.02.24 10:09:25 -03'00'

**Nerilyse M. Tavares Rodrigues**

Controladora Geral de Marituba



**Nota Informativa nº 11/2021**

**ASSUNTO: Responsabilidade assinatura digital**

PARECER Nº 001.2402 /2021 – CGM/PMM- DL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 2021/02.17.001 SESAU -PMM – DL

OBJETO: DISPENSA LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS  
NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARITUBA-PA.

---

Esta Controladoria vem através do presente informar que, o **controlador ADRIANO DE JESUS FERNANDES** assumiu o cargo a partir do dia 02 agosto de 2021. Mantendo-se à disposição em contribuir com assinatura digital, garantindo o fluxo da publicação deste parecer que antecede seu tempo de gestão na Secretaria de Controladoria do Município junto ao Tribunal de Contas do Município.

Garantindo a transparência pública da Prefeitura Municipal de Marituba com a finalidade de informar as providências em curso quanto às atividades de competência do mês referido.

---

**ADRIANO DE JESUS FERNANDES**

Controlador interno do município